

Uma abordagem dos espaços ocupacionais dos jornalistas pelo método sociológico compreensivo

José Ricardo da Silveira¹

RESUMO

O texto apresenta análises acerca da autopercepção dos jornalistas brasileiros atuantes nas equipes de assessoria de comunicação, no que tange às expectativas em torno da ação do grupo convencional. Refere-se à pesquisa de doutorado, cuja investigação foi desenvolvida considerando-se o *agir social* numa perspectiva teórica da *sociologia compreensiva*, levando em conta, ainda, o conceito de *convenção* para a abordagem da realidade enfocada. Apresenta reflexões deontológicas e proposições em torno da realidade dos jornalistas que atuam em assessorias de comunicação e que mantêm a condição de pertencimento à categoria jornalística.

Palavras-chave: Jornalismo. Comunicação nas Organizações. Sociologia do Jornalismo. Grupo Profissional. Deontologia Jornalística.

1. Introdução

Esse texto se lança ao desafio de visualizar os dilemas decorrentes da fronteira da profissão de jornalista, bem como a autopercepção do subgrupo profissional dos assessores de imprensa. Poderíamos fazê-lo por diversas perspectivas, com cerne, por exemplo, na visão dos *campos* proposta por Pierre Bourdieu, considerando os aspectos de competição e de conflito entre os grupos; também seria possível uma abordagem *habermasiana* em torno da ação comunicativa e de como os discursos são construídos, entre outras possibilidades. Optamos pelo caminho da *sociologia compreensiva*.

A perspectiva compreensiva, de forte influência weberiana, repousa sobre a percepção de que obtemos a compreensão de um cenário pela aceitação dos processos interativos que a constituem, e, por sua vez, remetem-nos ao olhar sobre as convenções que vão modelando essa realidade. Na visão de Patrick Watier (2002, p. 89), Max Weber entendia que não era objetivo da Sociologia Compreensiva ser uma ciência da sociedade de maneira geral, que seu objeto se concentra, especificamente, no “agir social” de um ou vários indivíduos, incluindo situações efetivas pertinentes a esse agir.

¹ Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Graduado em Jornalismo (UFRN), mestre em Ciência da Informação (UFPB), doutor em cotutela pela Universidade de Brasília (Comunicação) e pela Université de Rennes I (menção Information-Communication).

É conhecido que a análise sociológica considera o conjunto de entes que constroem as redes sociais de relacionamento. Esses participantes são as instituições consolidadas (Estado, Igreja etc) bem como outros, talvez menos influentes, mas que surgem sem cessar (ONGs, associações profissionais etc).

Como a experiência mantém um forte laço com a subjetividade, não é difícil percebê-la sendo um obstáculo epistemológico a ser superado ou, ao menos, a ser atentamente vigiado, pois, quanto ao ato da experiência em si, entendemos que no seu decorrer e na sua realização, não podemos evitar totalmente uma pré-determinação de natureza pessoal com forte influência nos acontecimentos. O que nos acomete traz em sua própria constituição uma parte de nossa ação, de nossas aspirações, de nossos direcionamentos, uma vez que somos agentes ativos em nossas próprias vidas e nos grupos que integramos.

Para analisar um recorte do real, como nos propusemos na produção da tese que embasa este trabalho – a autopercepção de um subgrupo profissional (os jornalistas-assessores), ao mesmo tempo em que fazem parte do grupo mais amplo (os jornalistas) – é imperativo que exerçamos a vigilância acima apontada, visto que uma das características do método da sociologia compreensiva, segundo Watier, é essa tensão entre a experiência e a preocupação por obter uma postura calcada na objetividade. Buscar compreender, verdadeiramente, qualquer fato ou fenômeno é perseguir uma interpretação com a maior exatidão possível, num processo que contrasta com a própria postura hermenêutica, pois ela traz, em seu rastro, visíveis traços de subjetividade.

Não nos parece que a experiência possa prescindir da ação, pois é nela que depositamos o nosso esforço para transformar o mundo e as estruturas que nos afetam direta ou indiretamente. É importante destacar que essa transformação não acontece, necessariamente, no sentido de se opor ao que está apresentado, mas pode ocorrer ainda no rumo de fortalecer uma dada situação, de toda maneira, transformando-a. A *ação*, em qualquer projeção que a realizássemos, traria uma carga de subjetividade inerente à sua possibilidade de execução, de formulação cognitiva, ou mesmo de proposição de intenção declarada ou subjacente.

2. A “compreensão” a partir das situações vivenciadas

Ao abrigar um relato ou um retrato de ações vividas e uma expectativa de experimentos baseados numa ação a se desenrolar, a experiência humana se mostra como um espaço que rejeita uma total objetividade em sua interpretação. Compreender uma vivência humana pelo relato da experiência de seus atores, entender como se desenham as estruturas de determinado quadro social, é um caminho que passa, necessariamente, pela compreensão das aberturas propostas para a transformação da realidade.

Um quadro de realidade profissional, como o que nos propusemos a compreender, apresenta nuances muito particulares que, naturalmente, diferenciam-no de outros quadros profissionais. As suas especificidades já são uma abertura para o exercício de subjetividades que podem emergir. O cuidado para mantê-las sob controle deve ser uma constante preocupação de nossa parte, pois o grau de aproximação do real, na formulação do retrato da situação, passará por maior ou menor grau de subjetividade permitida.

A interpretação da ação, porém, é repleta de dificuldades, porque a questão para a qual devemos atentar está posta não apenas em relação ao objeto do conhecimento, como também sobre os modos de se chegar ao desconhecido, os enigmas frequentemente desafiados pela interpretação. De acordo com Watier (2002, p. 132), Max Weber teve o mérito de buscar um esclarecimento e de definir algumas bases para que pudéssemos analisar a ação sociologicamente.

Para o autor, a explicação de um cenário, do ponto de vista compreensivo, tem como caminho verificar a situação de indivíduos localizados em determinado espaço, com suas idiossincrasias, e, ainda, de como, em tal quadro, esses indivíduos poderiam ter um comportamento, uma ou outra crença, uma ou outra atitude. Haveria, ainda, um elo entre a razão e os elementos que provocaram esses comportamentos, crenças, atitudes etc., a partir do qual, numa visão compreensiva, os fatos correspondem àquilo que podemos constatar.

Na percepção desse elo e na adoção do método, não devemos esquecer que nossas afinidades podem interferir decisivamente em favor de uma ou de outra conclusão. Como a maioria dos métodos das ciências humanas e sociais, a sociologia compreensiva está sujeita à ação interpretativa. É corrente que a empatia e a familiaridade não sejam algo que possamos negligenciar na adoção do método, ao mesmo tempo em que se demonstra sua utilidade, pois seria através delas que, correntemente, definiríamos as hipóteses. Para evitar sua ação desmedida, é importante que estejamos atentos a esse aspecto na coleta e no tratamento dos dados.

3. Um mundo visto através do singular e do coletivo

A atividade, como uma orientação pautada na perspectiva compreensiva de um comportamento particular, dificilmente existiria para nós que não fosse de uma forma originária do comportamento de um ou de vários indivíduos. A essência do método está na singularidade. Watier (2002, pp. 139-140) nos expõe que, no momento em que utilizamos o olhar compreensivo nos estudos sociológicos, e que eles se voltam para a questão das estruturas e das formações sociais, tais estudos se diferenciam de outras investigações, como nas Ciências Jurídicas, nas quais essas formações são tratadas como personalidades coletivas, constituídas nesse processo por qualidades geralmente atribuídas aos indivíduos. Ele afirma que a Sociologia trabalha com um processo de redução das singularidades individuais, pois é às pessoas, individualmente, que se podem atribuir visões e, mais genericamente, os estados mentais.

Trata-se de estudar as atividades e os rumos das condutas humanas, tecendo olhares cruzados entre as ordens vigentes na vida cotidiana e as condições nas quais os indivíduos estão situados. Esses cruzamentos levam a significações que lhe são atribuídas pela forma como vêm caracterizar a construção da situação em foco na tese que deu origem a esse texto. Esse cenário, ao qual já nos referimos, é produto das interações de vários indivíduos (jornalistas), o que conduz à compreensão de que eles são, por fim, definidores das normatizações, das ordens estabelecidas, das condições mais generalizadas em que vai se desenrolar determinada ação. Cada indivíduo parece ser autor indireto da maioria das ações definidoras do mosaico social e um agente direto em determinadas situações, que sofre ainda, direta ou indiretamente, os reflexos e os efeitos do produto dessas relações.

Como os indivíduos se encontram localizados nos mais variados espaços das relações sociais, é normal que ocorram alianças ou embates em torno de crenças, valores ou propósitos. Entendemos que a nossa análise dirigida ao subgrupo dos jornalistas-assessores esteve bem no centro dessa perspectiva.

Pela óptica weberiana, o objeto da sociologia compreensiva está concentrado, por fim, na “ação social” dos indivíduos. Excluindo-se, entretanto, ações expressas em comportamentos individuais, mas provocados por uma situação dada, como, por exemplo, a esperada ação dos presentes em um auditório aplaudirem ao final da execução de um hino. Assim, conforme Colliot-Thélène (2006, p. 51), Weber nos leva a compreender que nem toda

postura pode ser considerada como uma “ação social”, mas somente aquilo ao qual o agente atribui um “sentido subjetivo”, identificado como um “sentido visado”.

Ao falar de indivíduos, não estamos querendo indicar que o enfoque da sociologia compreensiva despreza o conjunto, já que as singularidades e suas relações em vida comunitária são vistas como o que há de mais substancial, de mais proveitoso para analisar através desse método. A convivência em grupo, o processo esclarecedor de como as singularidades cedem e conquistam espaço, também é uma rica fonte de dados e percepções no percurso de pesquisa, na utilização dessa perspectiva teórico-metodológica.

4. O papel das convenções e o mundo da arte como inspiração

A *teoria das convenções* está estreitamente ligada à ideia que nos propusemos a construir em torno da realidade do subgrupo profissional dos jornalistas-assessores. A mudança de espaço de trabalho percorre o caminho de uma aceitação tácita de um convencionalismo relacionado à ação, por parte dos jornalistas-assessores, de transitar entre os dois territórios², não estando proibidos legalmente de ocupar, simultânea ou alternadamente, postos nas redações convencionais de Jornalismo.

Mesmo adotando esquemas partilhados sobre uma estrutura implícita, as convenções são parte da vida em sociedade, pois não se pode esperar que as posturas e as condutas sejam firmadas apenas no regulamento frio e formal das leis, dos códigos deontológicos e de outras normas (resoluções, súmulas etc). Essas condutas buscam, principalmente, o hábito e a aceitação dos pares, mesmo que tácita, para se consolidar como parte do quadro social.

A discussão em torno do mundo da arte, desencadeada por Howard Becker, pode servir de ambiente de reflexão para compreendermos como a convenção pode cristalizar costumes, condutas e formas de agir, se buscarmos uma compreensão mais abrangente. Agir convencionalmente parece apresentar a vantagem de evitar constrangimentos, choques com um desejo coletivo, em geral inconsciente. Uma vez verificados, esses choques podem causar situações indesejáveis e, até, incontroláveis.

² Neste trabalho tratamos por “primeiro território” as redações convencionais, aqueles espaços ocupacionais onde comumente estariam os jornalistas (TVs, rádios, jornais impressos etc) e por “segundo território” as redações estruturadas de assessoria de comunicação.

Tudo o que é convencional busca a reprodução de sua própria existência, mesmo que saibamos das transformações internas que abrirão espaços ao longo do tempo. Contudo, esse processo virá caracterizado pela gradação. No plano das relações entre as pessoas, provavelmente nada é totalmente imutável, mas a mudança de uma realidade produzida pela ação da humanidade mantém vinculação direta com a transformação natural do ser humano. Enquanto ela não ocorre, o elemento convencional parece ter assegurado seu lugar por uma postura orientada pela prudência. No caso da linguagem, por exemplo, Becker expõe que, “mesmo quando a gente quer se desligar das convenções, é preferível empregar uma linguagem convencional para explicar isto que a gente quer fazer, porque é isto que todo mundo conhece” (BECKER, 2006, p. 79, tradução nossa).

Ao agir consonante o comportamento esperado, acionamos um processo de alimentação do convencional, que se fortalece pelo uso, pela aceitação, pelo entendimento de que sua existência é o esperado por todos, é o “normal”. Uma determinada situação profissional pode ser encarada como normal e aceitável em um país porque isso faz parte do “estado das coisas” e, em tese, não há o que se questionar, ao passo que a mesma situação poderia ser rejeitada, criticada, até mesmo incriminada e fortemente combatida em outro espaço geográfico, dotado de marcos deontológicos ou legais dissonantes. Assim,

a conduta mais evidente para as pessoas interessadas seria de examinar a questão conjunta e de se pôr de acordo com sua evolução a seguir. É isso que nós fazemos muitas vezes. Mas muitas vezes, mais ainda, nós estimamos que é inútil porque, dizem-nos, “não há nenhuma dúvida sobre isso que ele deve fazer” ou [...] outras reflexões relacionadas (BECKER, 2006, p. 78, tradução nossa).

Quando aceitamos ou dizemos que não há dúvida sobre o caminho a seguir, que devemos optar pelo que se apresenta como mais usual, estamos, implícita ou explicitamente, absorvendo a proposta do que é convencional. O efeito dessa absorção pode ser observado em nível individual ou coletivo.

No primeiro caso, o indivíduo encontra-se numa zona de conforto, sem espaços de atrito com o grupo já estabelecido. Mantendo uma postura consonante com o que está organizado como “normal”, isso o livra de qualquer esforço mental de oposição a um modelo já aceito. Tal comportamento preserva o indivíduo de possíveis desgastes e da necessidade de desprender energia para alimentar um procedimento de contraposição. Mas, como a moeda apresenta duas faces, libertar-se do que é convencional também pode render bons frutos, uma

vez que o sujeito pode ser apontado como inovador, como aquele que não se conforma com o que lhe oferecem pronto e sempre tenta modificar o que está posto, podendo, em alguns casos, contribuir para a melhoria de certa realidade vivenciada por um grupo.

5. Possibilidades compreensíveis acerca da “convenção”

A compreensão do conceito de convenção pode acontecer por vários prismas. A crítica de Louis Quere (1993) aponta que o entendimento de convenção pode se reduzir a uma *noção comum*, enquadrada na simples repetição de usos estabelecidos. Por outro lado, ele indica a existência de uma *noção mais técnica*, retratada na teoria francesa acerca da *convenção*, concentrada na preocupação acerca de com qual problema ela poderia contribuir no esclarecimento ou resolução junto à teoria social, econômica ou política. Por último teríamos uma visão teórica que se aproxima da *teoria da escolha racional*.

Nesse último caso, de acordo com Quere, a *Teoria das Convenções* é comumente representada no questionamento de como os modelos de conduta que se aproximam do convencional podem atender às expectativas racionais dos agentes, levando-os à crença em modelos dominantes e duráveis, oriundos do hábito e da moralidade. Por essa via, existiria um quadro comum constitutivo da ação, em torno da atividade do indivíduo. Essa é a representação que muitos autores chamam de convenção.

Louis Quere (1993, pp. 21-22) defende que se encararmos as convenções pela *noção técnica*, teremos a percepção dos comportamentos de acordo com as regularidades verificadas nas condutas sociais. Por outro lado, se as observarmos pelo viés da *noção comum*, do uso verificado corriqueiramente, da regularidade arbitrária da escolha dos comportamentos aos quais os agentes se adéquam de maneira geral, é possível encontrar dificuldades postas pela expectativa do saber da qual ela é objeto. Portanto,

não somente a referência à convenção é “encaixada” numa situação, como ela serve também à interpretação desta situação (ela intervém como esquema de interpretação) e, circularmente, a situação permite descobrir isto que a convenção prescrita como comportamento seja reconhecida como caso de aplicação da regularidade de comportamento ou de crença que ela representa (QUERE, 1993, pp. 21-22, tradução nossa).

Pelo viés coletivo, quanto mais indivíduos se agregam à postura convencional, mais forte ela se torna, e, crescentemente, alija a dissonância e constrói uma visão que alerta sobre

o preço a se pagar no caso de se decidir pelo abandono dos trilhos da convenção, significando para o “infrator” atirar-se numa zona de desconforto, em um ambiente de comportamento que pode lhe trazer muitos dissabores ou, no mínimo, uma sensação de isolamento. Chegar a esse último ponto nos leva à compreensão de que agir em torno do que é convencional também estimula a identificação. Os indivíduos se unem em “tribos”, em facções políticas, em grupos que partilham dos mesmos comportamentos ou, pelo menos, endossam-nos.

6. A busca pela identificação com o coletivo

Os grupos agem e, mesmo que não reflitam a respeito de sua própria ação, seus integrantes constroem uma identificação natural, sensação de pertencimento e de compartilhamento de experiências, usos e posturas. A autopercepção de cada um dos indivíduos está relacionada ao grau de adesão aos rumos do grupo, seja ele profissional, político, econômico etc. A autopercepção individual, agregada e consonante, gera uma autopercepção coletiva, e o pertencer nos parece ganhar outro significado quando o indivíduo percebe que isso se reflete no âmbito institucional. Daí advém um dos motivos de muitos grupos profissionais sentirem a necessidade de se constituir em classe reconhecida pelo Estado e pelos outros entes institucionais de mais destaque.

Podemos falar aqui de “atividade comunitária”, no sentido estritamente weberiano, pois estamos tratando de indivíduos que formam uma comunidade descontínua no sentido geográfico. Essa afirmação é bastante familiarizada com a realidade dos dias atuais, quando as trocas no ciberespaço favorecem a descontinuidade e a desterritorialização. A partir de sua projeção a respeito do que seja “atividade comunitária”, podemos construir nossa visão sobre o objeto que trabalhamos, dentro da perspectiva sociológico-compreensiva. Sobre isso, Max Weber afirma:

Uma “atividade comunitária” consiste sempre, aos nossos olhos, em um comportamento de indivíduos isolados que se permitem: 1) observar historicamente, ou; 2) construir teoricamente, tanto o quanto historicamente “possível” ou “provável”, relativamente a um comportamento atual ou potencial de outros indivíduos isolados (WEBER, 1965, p. 19, tradução nossa).

Entendemos que nossa pesquisa se amoldou a esse enquadramento teórico, visto que buscamos construir uma compreensão acerca de uma realidade atual em torno da autopercepção profissional dos jornalistas-assessores no Brasil. Para isso, a observação

histórica foi indispensável para que pudéssemos estabelecer, de forma profícua, a análise do comportamento dos indivíduos que formavam nossa amostra. Eles se identificam através de seus próprios hábitos, constroem um percurso da própria história e dão sinais de que estabelecem uma relação entre seu agir histórico e sua ação atual, num processo contínuo de retroalimentação.

Com o nosso objeto profundamente ligado ao conceito de *ação social*, nossa objetivação transita pela relação desses indivíduos entre si e com os demais jornalistas fora do subgrupo, ou seja, com os jornalistas das redações convencionais (rádio, TV, *online* etc). A construção teórica em torno do quadro de ação desses indivíduos ocorre como parte integrante da elaboração teórica da própria área da Comunicação (em seu sentido amplo), quando consideramos nosso objeto em relação ao objeto desse domínio de estudos, situado nas *práticas comunicacionais*.

Dentro das possibilidades teóricas de enquadramento de um subgrupo, como os jornalistas-assessores, os laços com a sociologia compreensiva ampliam os contornos já desenhados de uma sociologia profissional em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que enfoca com mais atenção um recorte da profissão que, no Brasil, ainda recebe pouca atenção dos estudos em Jornalismo, se comparada com outros campos de interesse no interior da subárea. Independentemente da discussão sobre se o que os jornalistas-assessores fazem é ou não Jornalismo, verifica-se a compreensão de que, como subgrupo, integram um grupo profissional mais amplo, independentemente de qualquer hipotético desvio de função profissional a se considerar.

7. O “habitus” jornalístico, o campo de trabalho e as assessorias

A opção por adentrar na discussão sobre o *habitus* decorre do fato de isso ser importante para a reflexão compreensiva em torno dos ingredientes da ação social que, em nosso caso específico, tem o foco na ação social refletida na autopercepção do subgrupo profissional em análise: os jornalistas-assessores.

No caso dos jornalistas, tanto o seu *campo* quanto o seu *habitus* já estão definidos antecipadamente. Essa realidade é semelhante à de muitos outros grupos profissionais. Uma das características desse campo é que “o jornalista exerce uma forma de dominação (conjuntural não estrutural) sobre um espaço de jogo que ele construiu, e no qual ele se acha colocado em situação de árbitro, impondo normas de ‘objetividade’ e de ‘neutralidade’” (BOURDIEU, 2007, p. 55).

Essas normas integram o *habitus* característico da esfera jornalística e, dependendo do país, há muitas variantes na constituição do campo profissional do jornalista. Em alguns deles, como no Brasil, até pouco tempo, havia exigência de curso superior específico para adentrar no território profissional. Há iniciativas legislativas, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, com o objetivo de restaurar esse quadro³.

O fato é que, de posse de um diploma de jornalista ou não, o iniciante se vê conduzido a adaptar-se a um “jeito de ser” que o credencia a sentir-se parte, a ostentar as credenciais de integrante da “confraria”. Esse fator regulador das atitudes e dos comportamentos (*habitus*) está fortemente relacionado a outra noção, a de *illusio*, “que remete à ideia de um investimento ao mesmo tempo psíquico, intelectual e profissional nos jogos e projetos próprios a um campo” (NEVEU, 2006, p. 67). O *illusio* é constituído, por exemplo, pelo imaginário que projeta o jornalista destemido, que arriscará o que for preciso – até a vida – para conseguir aquela imagem ou aquela entrevista que o diferenciará e o tornará cada vez mais respeitado e aceito no interior de seu campo profissional.

Como já nos referimos neste texto, no Brasil, o jornalista também ocupa outros espaços além das redações de jornais (impressos e on-line), televisão, rádio etc, atuando ainda, sem qualquer impedimento formal, nas assessorias de comunicação social, aí incluídas as estruturas de comunicação corporativa. A troca do espaço da redação convencional pela redação de assessoria não lhe rende qualquer prejuízo concreto, além de uma crítica ou outra por parte de alguns colegas. Porém, se desejar, poderá retornar ao “antigo ninho” a qualquer instante, sem maiores turbulências.

Tal realidade constitui uma fluidez de fronteiras, que resulta no que autores francófonos, como Neveu (2006), Charron e Bonville (1996), denominam de *Jornalismo de comunicação*, demonstrando que, na França, para citarmos um exemplo, esse trânsito não é aceitável com tranquilidade, frente ao fato de que esse jornalismo

[...] valoriza as *soft news*, uma informação serviço que vá ao encontro dos interesses de seus públicos [...]. O jornalista de comunicação age como um vulgarizador, conselheiro, até como amigo, mantendo uma relação de familiaridade com seu público, divertindo-o. Ele se despoja então de toda a postura de autoridade, de autor de uma relação cívica (NEVEU, 2006, p. 164).

³ PEC 206/2012, do Senado Federal, e PEC 386/2009, da Câmara dos Deputados.

O surgimento de uma imprensa institucional voltada para públicos empresariais, governamentais, societários etc., incomoda os adeptos de posturas jornalísticas mais ortodoxas, que acusam esses jornalistas de “comunicação” de estarem distorcendo a identidade profissional e o *habitus* do campo. Por outro lado, “considerados, com desconfiança, ‘comunicadores’ pelos jornalistas, os redatores dessas publicações, frequentemente velhos jornalistas, contestam essa designação pejorativa” (NEVEU, 2006, p. 163).

Se, na França, essa visão que os separa encontra-se estabelecida, no Brasil, essa conjuntura do campo tem sido apimentada por disputas institucionais, muitas vezes jurídicas e legislativas. Essa discussão é influenciada por dois eixos principais: os que sempre defenderam o fim da exigência da formação específica em Jornalismo, por exemplo, que se apegam, principalmente, ao fato de que a regulamentação surgiu em 1969, ápice do regime de exceção no Brasil, e os que são a favor do diploma, que rebatem que outras regulamentações surgiram nesse período e não têm sido contestadas no Brasil, contrariamente ao que ocorre com a dos jornalistas. Esses últimos sustentam, ainda, que o decreto-lei que estabelecia a regulamentação da profissão foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. A disputa ascendeu ao Supremo Tribunal Federal que, em junho de 2009, decidiu pela não obrigatoriedade da exigência do diploma para o exercício do jornalismo no país.

8. A deontologia e a norma

O novo Código de Ética do jornalista brasileiro, aprovado em agosto de 2007, faz menção à assessoria de imprensa, mas de uma forma muito vaga e que contribui ainda mais para a porosidade da fronteira entre as redações convencionais e as redações de assessoria. No primeiro inciso do Art. 12, quando aborda as obrigações do jornalista, temos:

Ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas (FENAJ, 2007, p. 3, ênfase nossa).

A ressalva deixa uma incerteza sobre até onde poderá ir o jornalista no exercício de funções fora das redações convencionais. Nada mais se fala de forma clara a respeito da assessoria de imprensa no texto do código. Sem o intuito de formular antecipados juízos de valor acerca desse setor de atuação do jornalista, há mercados de trabalho que rejeitam essa

disposição, como o exemplo francês aqui já citado. Com fronteiras bem mais definidas, lá o assessor não desfruta da mesma regulamentação e *status* do jornalista, como já frisamos. O cotejamento de legislações, de deontologias e de outras fontes de informação pode contribuir para se compreenderem essas diferenças.

Ruellan (2005) faz uma análise da realidade francesa, quanto à jurisprudência e aos critérios utilizados pelas instâncias competentes para emitir carteiras de profissionais de jornalistas e arbitrar possíveis desentendimentos, e conclui que,

identificando o Jornalismo através de seus ambientes de trabalho e não de atividades, a lei e a jurisprudência não podem discriminar todos os perfis porque esses estão agora presentes em cada mídia e, até mesmo, muitas vezes, no mesmo jornalista que assume simultaneamente várias funções. Isto pode explicar as flutuações da jurisprudência que quer levar em conta o tipo de atividade, mas sempre tendo como referência principal o ambiente de seu exercício, dois níveis de apreciação cada vez menos miscíveis (RUELLAN, 2005, p. 13).

Apesar de, nesse caso, a abordagem do autor se referir ao espaço francês, muitos aspectos dessa indefinição dos limites da profissão poderiam ser colocados em paralelo com a realidade brasileira. Ao contrário da França, como já afirmamos em relação ao Brasil, no mercado brasileiro, não é o espaço de trabalho que define o jornalista (no caso, as redações de televisão, de rádio, jornal etc.), mas a atividade em si, e muitas delas, como as atividades denominadas “jornalísticas” e desenvolvidas nas assessorias, outorgam o *status* de jornalista a quem delas se ocupa.

Outro aspecto que diferencia as duas realidades é o formal: enquanto, na França, não há exigência de diploma específico, no Brasil, vivemos uma situação de alguma regulamentação. Ainda que a questão da obrigatoriedade do diploma permaneça como centro de um permanente “cabo de guerra” no Brasil, até uma possível inversão do quadro (o diploma torne-se novamente obrigatório) não se pode restringir legalmente a denominação de *jornalista* apenas a quem obteve o grau de bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) e, em seguida, registrou-se nas delegacias regionais (DRTs) do Ministério do Trabalho.

Outro passo possível para compreender as diferenças entre os dois países pode estar num paralelo entre as legislações que regulam o mercado de assessores de imprensa e jornalistas da pauta tanto no Brasil como na França. No caso francês, o levantamento já feito por Ruellan (2005) é de extrema relevância, pois demonstra um cenário em transformação e que se tenta regular, de alguma forma, através das jurisprudências na dimensão jurídica.

Os debates em torno da questão da identidade do jornalista e de sua atividade suscitaram vários textos acadêmicos nos últimos anos, como, por exemplo, o de Adghirni (2005) e um número específico do periódico *Réseaux* (1992) voltado apenas para a sociologia desenvolvida em torno do trabalho jornalístico. Em outro número desse mesmo periódico, encontramos o texto de Ruellan (1997), que aborda o grupo profissional e o mercado de trabalho dos jornalistas. Numa produção mais recente, encontramos a obra organizada por Augey, Demers e Tétu (2008), resultante da pesquisa da REJ (*Réseau d'études sur le Journalisme*). Esse livro congrega trabalhos acerca do Jornalismo e foca o tema da hibridização e criação dos gêneros midiáticos. Temos ainda, mais recente, uma obra dedicada a reunir textos que tratam das transformações e das características do jornalismo no último século (LE CAM; RUELLAN, 2014).

9. A questão da denominação da atividade

Com base nessas reflexões, problematizamos acerca da nomenclatura “jornalística” utilizada para a atividade das assessorias de imprensa, das conveniências e contradições dela provenientes; propusemos uma análise da noção de “Jornalismo” para caracterizar esse contexto, visto que, originalmente, o vocábulo buscava retratar diferentes visões sobre determinado fato, ideia, posicionamento etc.; mesmo que saibamos que a realidade é construída socialmente (BERGER e LUCKMANN, 2004), e que o relato dos fatos nunca é caracterizado por uma total objetividade.

Destacamos que devemos estar conscientes de que é impossível manter a neutralidade jornalística, e essa não é a questão aqui enfocada. A pretensão da neutralidade está estreitamente atrelada ao conceito de objetividade, já muito discutido e desmistificado pelos autores das teorias do Jornalismo no Brasil, como Felipe Pena (2005) que, apoiando-se nos estudos de Michael Shudson, Nelson Traquina e Adriano Duarte Rodrigues, dentre outros, discorre sobre esse mito do Jornalismo.

Motta (2002, pp. 317-318), por sua vez, reforça que, numa reflexão sobre as notícias de interesse da humanidade, tem havido uma negação do “mais sagrado na atividade profissional do jornalista: a neutralidade na observação e seleção dos fatos e a objetividade na redação da notícia. Por isso, explorá-las na sua complexidade revelou-se um exercício intelectual demolidor das máscaras e mitos profissionais”.

Consideramos importante refletir que, independentemente dessa problemática e diante da realidade visível na comunicação das organizações, o fato é que o termo “jornalismo” está carregado de significações que podem alterar a postura frente às informações nele encapsuladas. Quando uma informação é dita jornalística, ganha mais credibilidade e passa a se revestir de uma capa de “melhores intenções” para o público mais amplo ou parcelas segmentadas, crenças numa suposta objetividade que está fortemente presente na visão acerca do jornalismo mais atrelada à influência norte-americana.

Necessitamos, então, voltarmos-nos para os termos enunciados e as consequências de sua utilização. Empresas privadas, órgãos públicos, organizações não governamentais e instituições em geral, todos têm veiculado as informações de seu interesse também através do “jornalismo institucional”, utilizando-se dos filtros e dos mecanismos de ênfase e de supressão disponíveis e que lhes convêm.

Numa postura harmônica com a Sociologia do Jornalismo, retratamos a identidade “jornalística” atual em uma de suas manifestações no mercado brasileiro. Para isso, levamos em conta a reflexão desenvolvida por Sant’Anna (2008) acerca da *mídia das fontes*, um modelo de comunicação institucional que ganhou força nos últimos anos e que indica que continuará avançando. Segundo esse autor, o crucial no momento é verificarmos se há credibilidade ou não para a informação veiculada por essas mídias. Esse modelo é representado por canais de informação como TV Justiça, TV Senado, Rádio Câmara etc., que levam informação diretamente de suas fontes para a sociedade, num processo pelo qual as fontes livram-se da total dependência dos outros atores do campo midiático – principalmente dos jornalistas dos veículos comerciais – e se comunicam com seus públicos sem interferência. Se isso poderia ser maléfico à democracia, como se poderia afirmar, diante do poder midiático altamente vinculado ao interesse das próprias instituições, configura-se aí outra discussão para outro momento.

10. Considerações Finais

Quando adotamos a sociologia compreensiva para guiar nosso pensamento na análise que empreendemos na pesquisa da qual se origina este texto, fizemo-lo com o intuito de considerar as construções sociais acerca do objeto. Compreender, no sentido weberiano, implica estabelecer conexões com o que está posto e construído interativamente. Nada que se

propõe construído socialmente se faz isoladamente, pois seria contraditório com o ambiente social, e o ser humano em questão estaria fora das necessárias relações de troca.

Perceber os fenômenos sociais de modo compreensivo nos levaria, necessariamente, a observar as formas de ação, a relação do sujeito com o outro e com as instituições que o cercam, considerando influências que o ambiente pode exercer sobre esse indivíduo. Na pesquisa em questão, buscamos estabelecer o olhar compreensivo nos debruçando sobre esse *agir social* da população analisada, enfocando em suas manifestações tudo o que fosse indicador de importância na sua relação com o outro, especialmente, em nosso caso, com os jornalistas do meio profissional.

Para *compreender* verdadeiramente, precisamos estar atentos às tensões e distensões que se operam em grupos nos quais observamos fatos ou fenômenos. São essas variações da estabilidade do ambiente que podem se traduzir em interpretações satisfatórias e nos trazer a compreensão que almejamos.

Para compreender a autopercepção dos jornalistas-assessores, fomos levados a mergulhar em sua relação com o mundo e com o grupo profissional, interações que se mostravam, implícita ou explicitamente, em seus posicionamentos. Lidar com essas relações foi estar em contato com aquilo que eles consideram certo ou errado, do ponto de vista deontológico; foi visualizar as convenções que, para eles, funcionam como guias no mundo profissional e perceber onde ainda há pontos obscuros na própria autopercepção.

Essas convenções são balizadoras do agir social desses jornalistas e funcionam como freios ou estímulos para que eles adotem ou recusem condutas que possam se chocar com o *ethos* estabelecido ou reforçá-lo. A dimensão do convencional, emanada do primeiro território, foi central para nossas análises, uma vez que caminhamos no terreno de um ajustamento, ainda em curso e polêmico, quando os jornalistas-assessores reclamam seu direito de ocupar o segundo território sem maiores constrangimentos.

Eles conhecem as convenções e sabem o que os pares do primeiro território e a sociedade esperam do grupo profissional como um todo, baseados no que está convencionado, aquilo que é o papel do jornalista (investigar, questionar etc). Como as convenções, por outro lado, também são passíveis de transformações ao longo do tempo, é fato que os jornalistas-assessores contam como isso como uma possibilidade de existirem de forma legitimada.

11. Referências

- ADGHIRNI, Zélia L. O jornalista: do mito ao mercado. *Estudos em jornalismo e mídia*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 45-57, 2005.
- AUGEY, Dominique; DEMERS, François; TÉTU, Jean-François. *Figures du journalisme*. Québec: PULAVAL, 2008.
- BARROS FILHO, Clóvis; MARTINO, Luís Mauro de Sá. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BECKER, Howard. *Les mondes de l'art*. Paris: Flammarion, 2006.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CHARRON, Jean; DE BONVILLE, Jean. Le paradigme du journalisme de communication: essai de définition. *Communication*, vol. 17, n. 2, 1996, p. 51-97.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. *La sociologie de Max Weber*. Paris: La Découverte, 2006.
- FENAJ. *Código de ética dos jornalistas brasileiros*. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf> Acesso em: 30 jan. 2008.
- LE CAM, F.; RUELLAN, D. *Changements et permanences du journalisme*. Paris: L'Harmattan, 2014.
- MOTTA, L.G. As relações entre o real e o simbólico. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002.
- NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.
- PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.
- QUERE, Louis. A-t-on vraiment besoin de la notion de convention? *Réseaux*, Paris, n.62, 1993. Disponível em: <<http://enssibal.enssib.fr/autres-sites/reseaux-cnet/>>. Acesso em: 13 out. 2008.
- RÉSEaux. Paris, n.51, 1992. Disponível em: <<http://enssibal.enssib.fr/autres-sites/reseaux-cnet/>>. Acesso em: 06 nov. 2007.
- RUELLAN, Denis. Groupe professionnel et marché de travail du journalisme. *Réseaux*, Paris, n.81, 1997. Disponível em: <<http://enssibal.enssib.fr/autres-sites/reseaux-cnet/>>. Acesso em: 07 nov. 2007.
- _____. A nova roupagem do jornalista: o estatuto profissional à prova da jurisprudência. *Comunicação e espaço público*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 5-17, 2005.
- SANT'ANNA, Francisco. *Mídia das fontes: o difusor do Jornalismo corporativo*. 2. ed. rev. e amp. Brasília: Casa das Musas, 2008.
- WATIER, Patrick. *Une introduction à la sociologie compréhensive*. Paris: Circé, 2002.
- WEBER, Max. Essai sur quelques catégories de la sociologie compréhensive. In: WEBER, Max; FREUND, Julien. *Essais sur la théorie de la science*. Paris : Librairie Plon, 1965

[versão eletrônica]. Disponível em:
<http://classiques.uqac.ca/classiques/Weber/essais_theorie_science/essais_theorie_science_tdm.html>. Acesso em: 16 jan. 2009.

Un abordaje de los espacios ocupacionales de los periodistas por el método sociológico comprensivo

RESUMEN

El texto presenta un análisis sobre la autopercepción de los periodistas brasileños actuantes en los equipos de asesoría de comunicación, en lo que respecta a las expectativas entorno de la acción del grupo convencional. Está referido a la pesquisa de doctorado, cuya investigación fue desarrollada considerándose la *acción social* en una perspectiva teórica de la *sociología comprensiva*, llevando a cabo, asimismo, el concepto de la *convención* para el abordaje de la realidad enfocada. Presenta reflexiones deontológicas y proposiciones sobre la realidad de los periodistas que trabajan en el asesoramiento de comunicación y que mantienen la condición de pertenencia a la categoría periodística.

Palabras clave: Periodismo. Comunicación en las Organizaciones. Sociología de Periodismo. Grupo profesional. Deontología periodística.

The approach of occupational space for the method of comprehensive sociology

ABSTRACT

The text presents analyses about the self-perception of Brazilian journalists operating in the communications advisory teams, with regard to the expectations around the conventional group action. It Refers to the doctoral research, whose research has been developed considering the theoretical perspective of *social action* in the *comprehensive sociology*, taking into account the concept of *convention* for the reality focused approach. Presents ethical reflections and propositions around the reality of journalists who work in communication offices and who maintain the condition of belonging to the category Journalism.

Keywords: Journalism; Communication in organizations; Sociology of journalism; Professional Group; Journalistic Ethics.

Submissão: 19.01.2015
Aprovação: 10.10.2015